



ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior. O nosso primeiro-secretário está on-line, então eu convido o deputado Professor Rinaldo para assumir a primeira-secretaria. Com a palavra, o segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! *“Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Um da Vigésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 42/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; Carta nº 04.0197/2023, da Claro S.A.; Ofícios nºs 99 e 100/2023, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Pedro Kemp e Rafael Tavares. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, João Mattogrosso, João Henrique, Zé Teixeira, Lucas de Lima e Junior Mochi. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados João Henrique e Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Não houve quórum para deliberação. Usaram da palavra, para o uso da tribuna os senhores: delegado da Receita Federal, Clóvis Ribeiro Cintra Melo, e o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul, Walter Gonçalves Filho. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Renato Câmara. O presidente informou, ainda, que a deputada Gleice Jane assumirá as vagas do falecido deputado Amarildo Cruz nas comissões em que ele fazia parte, com exceção da Comissão de Finanças e Orçamento, em que a vaga será ocupada pelo deputado Coronel David, que, em troca, passará a ser suplente na Comissão de Defesa da Mulher e a deputada Gleice Jane titular, requerendo a Secretaria Jurídica e Legislativa que proceda às alterações e publicações necessárias. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de abril do ano de dois mil e vinte e três”.* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário em exercício, deputado Professor Rinaldo, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Bom dia, presidente deputado Gerson Claro. Quero deixar bem claro aqui "em exercício", porque o deputado Paulo Corrêa está acompanhando a Sessão. Cumprimento todos os colegas, as senhoras e os senhores que prestigiam esta Sessão e a imprensa aqui presente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 13 de abril de 2023: Ofício nº 2.989/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado João Mattogrosso (Prot. sem número); Ofício nº 1.040/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado João Mattogrosso (Prot. sem número); Ofício nº 488/2023, da Prefeitura de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. sem número); Ofício nº 58.125/2023, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique (Prot. sem número); Ofícios nºs 312 e 325/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique (Prot. sem número). Senhor presidente, foi lido o expediente da Sessão Ordinária do dia 13 de abril de 2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas deputados. Nesta manhã eu tenho um projeto de lei que estabelece medidas orientadoras e preventivas destinadas à inibição de toda e qualquer forma de violência contra os professores da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências. Artigo 1º - Esta lei estabelece medidas orientadoras e preventivas destinadas à inibição de toda e qualquer forma de violência contra os professores da Rede Estadual de Ensino. Artigo 2º - As medidas orientadoras são as seguintes: I - estimular a reflexão nas escolas e comunidades sobre a violência contra os professores; II - desenvolver atividades extracurriculares nas escolas, envolvendo professores, alunos e membros das comunidades correspondentes, no intuito de combater a violência contra os professores que nelas trabalham; III - implementar ações preventivas e cautelares em situações nas quais os professores estejam sob risco de violência que possa comprometer sua incolumidade. Artigo 3º - As atividades voltadas à reflexão sobre a violência contra os educadores poderão ser organizadas conjuntamente pelas entidades representativas dos profissionais de educação, órgãos estaduais relativos à segurança urbana e entidades comunitárias do local, sob a coordenação da respectiva unidade escolar. Artigo 4º - As medidas preventivas e cautelares adotadas pelos órgãos competentes da comunidade escolar, das entidades representativas dos profissionais de educação e dos órgãos estaduais competentes poderão consistir, dentre outras: I - afastamento cautelar do professor em situação de risco de violência, enquanto perdurar a potencial ameaça, sem qualquer perda financeira; II - transferência do professor para outra escola, caso seja avaliado que não



há condições de permanência na unidade de ensino, sem prejuízo de ordem financeira; III - assistência ao professor que sofre ameaças, bem como ao aluno infrator. Artigo 5º - As medidas orientadoras e preventivas destinadas à inibição da violência contra professores poderão contar com o apoio de instituições públicas e privadas voltadas ao estudo e ao combate às violências. Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificativa. A proposta em questão visa a dirimir a violência perpetrada contra os nossos educadores que, na grande maioria das vezes, além do estresse diário de terem que lidar com falta de estrutura escolar e remunerações que não condizem com suas funções, também devem lidar com agressões físicas e verbais. Segundo a Associação Nova Escola, por meio de um levantamento realizado em julho de 2022, com relato de mais de cinco mil professores, 51,23% deles relataram terem sido agredidos verbalmente nas escolas em que trabalhavam; outros 7,53%, relataram violência física. Na maioria das vezes (50,5%) os agressores eram os alunos. Mais recentemente, vimos o caso do menino que adentrou na sala de aula e, infelizmente, assassinou sua professora de forma fria, causando indignação nacional. Esse foi um dentre tantos outros casos de agressões contra os profissionais da educação. Por essa razão, apresento este projeto para que possamos prevenir casos de violência contra os professores, e espero o apoio de meus pares neste assunto de fundamental importância. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de cumprimentá-los e agradecer a presença do senhor Ângelo Aparecido Gonçalves, o Ângelo Gari, do senhor Zanon Lamunier e do senhor Márcio Barbosa de Souza, todos vereadores do município de Coxim. Nossos cumprimentos em nome da Casa e do deputado Junior Mochi. Para fazer o uso da palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja enviado encaminhado expediente deste Poder à senhora Vanda Cristina Camilo, prefeita municipal de Sidrolândia, com cópia à senhora Elaine Além Brito, secretária municipal de Educação de Sidrolândia, solicitando reforma e ampliação da Escola Municipal Indígena Cacique Armando Gabriel, situada na Aldeia Nova Tereré, em Sidrolândia. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma de regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rogério Torquetti, prefeito municipal de Tacuru, com cópia ao senhor Euzébio Dias Fernandes, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando estudos no sentido de realizar o encascalhamento da estrada vicinal que liga a rodovia MS-295 à Aldeia Indígena Sessoró, localizada no município de Tacuru. Justificativa. Lideranças da Aldeia Indígena Sessoró buscaram este gabinete solicitando o encascalhamento da estrada vicinal que liga a rodovia MS-295 à comunidade. De acordo com os relatos, a via encontra-se bastante danificada, o que dificulta o acesso de moradores à aldeia, principalmente nos dias de chuva. Diante disso, solicitamos à Prefeitura Municipal de Tacuru que realize estudos no sentido de realizar o encascalhamento da referida estrada, facilitando o tráfego de veículos.



Senhor presidente, se quiser assinar comigo a indicação para o prefeito em Sidrolândia...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se o senhor assinar comigo, será garantido o atendimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, autoridades que nos visitam, vereadores e imprensa em geral. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma indicação ao senhor secretário de estado de Fazenda, Flávio César de Oliveira, e ao senhor secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto, por cópias autônomas, solicitando a viabilidade de recursos para que seja efetuada reforma da praça Claro Martins Sarmiento, na vila Nova, em Paranhos. A proposição encontra justificativa no anseio da população e no pedido do vereador Juliano de Larissa, da Câmara Municipal de Paranhos, por meio do Ofício nº 002/2013 que segue anexo. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando melhorias no atendimento prestado aos residentes das áreas rurais de São Gabriel do Oeste, sobretudo no atendimento de urgência, para restabelecimento de energia, prestado pela empresa de energia, além da falta de comunicação eficiente por parte da empresa sobre previsões de retorno de serviços. Pedimos também melhor comunicação e compreensão, a fim de evitar protesto dos clientes em atraso no pagamento de suas contas, o que além de onerar quem já se encontra em situação financeira delicada, torna-se injusto diante da ineficiência no atendimento à região. Outrossim, pede-se que a empresa adote medidas mais flexíveis para cobrança de dívida, visando evitar a situação de protesto. A proposição atende ao pleito dos produtores rurais da região e se justifica no pedido do vereador Luizinho Freitas, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. Plenário Deputado Júlio Maia, 23 de abril de 2023. A indicação anexa foi assinada por todos os vereadores da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, quero apenas encaminhar uma indicação ao governo do estado, com cópia ao secretário de estado de Saúde senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando que seja realizada uma análise, no sentido de incluir medicamentos para diabéticos ao SUS no estado de Mato Grosso do Sul. A presente proposição decorre do pedido endereçado ao nosso gabinete pelos portadores de diabetes, para que seja incluído no SUS do nosso estado o medicamento Glyxambi, indicado para melhorar o controle da glicose em adultos com diabetes mellitus tipo II, associado ao tratamento com metformina,



dieta e exercício físico. O projeto dos próprios pacientes foi encaminhado e segue anexo. Eu fiquei muito comovido com a situação, até porque é uma doença terrível e silenciosa que acomete grande parte da nossa sociedade, mas infelizmente esse medicamento ainda não está relacionado aqui no nosso estado. Por essa razão, estamos pedindo análise para a inclusão desse medicamento. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, presidente, membros da Mesa Diretora e nobres colegas. Presidente, eu gostaria de fazer um convite a todos os deputados que estão aqui. Hoje nós vamos fazer a segunda reunião da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Será às 15h, no Plenarinho, com a presença de representantes de mais de vinte hospitais filantrópicos de Mato Grosso do Sul. Nós criamos esse grupo, e esses encontros têm sido um sucesso. Nosso objetivo é primeiro fazer o monitoramento da situação financeira real de todos os hospitais para apresentar ao governador do estado, Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões, a realidade financeira dessas instituições tão relevantes para a saúde de Mato Grosso do Sul, e mostrar que boa parte da regionalização da saúde passa por um resgate do orçamento desses hospitais. Eu creio que esse é um assunto da mais importante natureza. Àqueles que quiserem se somar a nós, digo que vou apresentar um relatório onde já fizemos um levantamento dos números; e já adianto que os números são muito ruins. Infelizmente a difícil situação financeira dos hospitais é generalizada. Muitos estão à beira da falência; e eles são de diversos tamanhos. Nós estamos falando desde a Santa Casa, o Hospital do Câncer, o Cândido Mariano até os hospitais do interior, até a Casa da Mãe Pobre, o hospital pequenininho, o hospital de Aquidauana, de Angélica e assim por diante. Então, é uma situação muito heterogênea em termos de tamanho, mas em geral eles têm como regra a situação financeira muito ruim. Os números não são para cardíacos; já adianto isso. Nós vamos chegar nesses números. Após isso vamos entregar o relatório para o governador, para que possamos fazer a discussão não somente com o governo do estado, mas também com os prefeitos, porque boa parte do problema está relacionado aos prefeitos, principalmente em casos tais quais o de Campo Grande, que tem gestão plena. Então hoje, às 15h, no Plenarinho, teremos a segunda reunião da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço licença a todos para apresentar, aqui da Presidência, uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de pesar, em nome desta Casa de Leis, aos familiares do senhor Takeshi Hashioka, que faleceu no dia 12 de abril de 2023. A moção será redigida nos termos aqui colocados. Pelo falecimento do senhor Takeshi Hashioka, os nossos pêsames em nome do Poder Legislativo. Os nossos sentimentos ao nosso querido deputado Roberto Hashioka. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputada. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvir o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desde Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópias ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando a disponibilização de um caminhão pipa para atender o município de Costa Rica. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Rosângela Marçal Paes, do município de Costa Rica. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical na MS-423, especialmente na altura da Serra da Alegria, no município de Rio Verde de Mato Grosso. O pedido foi formulado em decorrência da solicitação feita pelos vereadores Flávio Roberto, Fábio Brito, Carlos da Rocha Pontes, José Alves Pimenta, Amauri Olartechea, Emerson Alves Flores, Cleisymaira Paes de Souza Milleo, José Odorico de Oliveira Almeida, Joanes Pimentel, Ildeslane Dimeira e também do vereador Nivaldo Henrique Pereira de Almeida. Tenho outra indicação ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e também ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a recuperação asfáltica da MS-316, no trecho que liga a sede do município de Paraíso das Águas ao distrito de Pouso Alto. A presente indicação é decorrente de um pedido formulado pelo vereador Professor Leonardo, de Paraíso das Águas. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, trago uma indicação ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e ao secretário de estado de Educação, Hélio Queiroz, solicitando estudo de viabilidade para instalação de portais detectores de metais nos estabelecimentos de ensino público do estado de Mato Grosso do Sul. Era só o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares, todos que nos acompanham pela TV Assembleia e todos que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Vou fazer a leitura de uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao doutor Roberto Gurgel de Oliveira Filho, delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, que foi eleito no dia 12 de abril do corrente ano ao cargo de presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia (CONCPC) para o biênio 2023/2025. Pela primeira vez, senhor presidente, um



delegado de Mato Grosso do Sul assume a presidência do CONCPC, organização que reúne os chefes da Polícia Civil de todos os estados e do Distrito Federal, com objetivo de promover a integração e o intercâmbio de informações. Em reconhecimento ao trabalho de destaque à frente da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, evidenciado por essa eleição, o doutor Roberto Gurgel de Oliveira Filho é merecedor desta honraria. Assina comigo o nobre deputado Coronel David.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 01533/202). De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 01543/2023, 01542/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01545/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: uma moção de congratulação (Prot. nº 01538/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 01511/2023, 01512/2023, 01513/2023, 01514/2023, 01506/2023); um requerimento (Prot. nº 01517/2023); três moções de congratulação (Prot. nºs 01508/2023, 01509/2023, 01510/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 01547/2023, 01507/2023, 01515/2023, 01516/2023, 01539/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 01504/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01505/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01521/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01537/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nºs 01550/2023); um projeto de lei (Prot. nºs 01536/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 01502/2023, 01503/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: treze indicações (Prot. nºs 01522/2023, 01523/2023, 01524/2023, 01525/2023, 01526/2023, 01528/2023, 01530/2023, 01532/2023, 01527/2023, 01529/2023, 01531/2023, 01549/2023, 01551/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: cinco indicações (Prot. nºs 01518/2023, 01519/2023, 01541/2023, 01540/2023, 01548/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01534/2023, 01535/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, vou ceder meu tempo para o deputado Professor Rinaldo; depois faremos a inversão do tempo na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Inversão de tempo concedida. Obrigado pela gentileza, deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento, nobre deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Obrigado, presidente. Bom dia, mais uma vez, colegas deputados, deputadas Mara Caseiro e Gleice Jane, imprensa da TV e Rádio Assembleia e todos os senhores que prestigiam esta Sessão. Primeiro quero agradecer à deputada Mara Caseiro pela inversão do tempo, para que eu pudesse me manifestar nesta manhã sobre um tema que tem sido recorrente nesses últimos dias. Ontem, fiz questão de acompanhar a TV Senado e a TV Câmara sobre esse assunto que nos preocupa, que



repercutiu e está sendo discutido no Brasil inteiro, e cada deputado e senador que se revezava na tribuna falava sobre o mesmo assunto. Com todo respeito àqueles que pensam diferente de mim, eu acredito que nós não podemos encarar esse tema como uma questão político-partidária, pois ele não tem cor, não tem raça, não tem credo religioso; é um tema da vida. Assim como eu, todos que têm filhos ou netos na escola, principalmente adolescentes, ficam realmente preocupados com o assunto. E nós não podemos partidizar uma situação tão séria que é da responsabilidade de todos nós. Ontem eu estive com os deputados Coronel David e Gerson Claro participando do evento lá na Governadoria. Mas eu não poderia falar do assunto, deputado Pedro Kemp, antes de falar da carga horária excessiva que o professor tem. Não bastassem as dificuldades que nós vimos neste Brasil republicano desde que eu me entendo por gente... A minha mãe deu aula na Oitava Linha, nos municípios de Glória de Dourados e Fátima do Sul. A luta do educador é existente desde que o Brasil republicano existe. É uma luta enorme pelas questões de infraestrutura, salário e carga excessiva. E agora tem a questão do Novo Ensino Médio, que realmente é muito complexo, pois tem coisas boas, porém nós, professores e alunos, ainda não estamos preparados para tal realidade. Falta infraestrutura, são vários e vários problemas, como LER, problemas na voz, além do fato de que 30% do corpo docente tem patologia, quando não é física, é psíquica. O estresse é enorme, deputada Mara Caseiro. Quando eu estava em sala de aula, tive um aluno que vivia revoltado, andava armado; o pai o tinha abandonado, a mãe tinha problema de alcoolismo, e ele tinha uma revolta muito forte. Sabe como eu ganhei esse aluno? Dando atenção. Sabendo do problema que ele tinha, eu chamava à atenção dele. Muitas vezes, no intervalo, eu não ia tomar o café na sala dos professores, pois gastava o tempo com ele, mostrando que ele era importante no contexto da nossa sociedade. Assim consegui ganhar aquele jovem lá na Escola Maria de Lourdes Toledo Areias, no bairro Parati. Então, toda a desestruturação da família cai lá na escola. Imaginem administrar tudo isso agora, com toda essa violência que transcende as questões geográficas do nosso país. Ontem eu fiquei sabendo de vários casos, inclusive um caso na escola que a minha filha estuda, uma escola particular. Ontem, no norte do Ceará, duas crianças de nove anos foram violentadas com uma machadinha. Na Escola Teotônio Vilela, o Valter teve que usar de força para impedir aquele garoto que estava com uma arma. E quem é que vai saber se essa arma é verdadeira ou não? Em outro caso, um diretor que eu visitei foi ameaçado de morte por um jovem. Então existe o medo, que na verdade é uma insegurança psicológica, algo ainda pior do que a física. E o que essa insegurança psíquica traz? Esse temor todo. Então, as crianças estão se organizando para o dia 20 de abril... Nós estamos vivendo esse clima, mas temos que ter serenidade e responsabilidade. O governo do estado tem que fazer o seu papel, e está fazendo; e eu fiquei feliz pelo que vi ontem. Primeiro, nós temos um centro de monitoramento que não conhecemos fisicamente, porque foi inaugurado no período de eleição. A gente não pôde estar lá no ato de inauguração com o governo, mas a partir de hoje todos estão convidados a conhecer. É o que temos mais de moderno no que diz respeito à segurança por vídeo no nosso país, e está situado lá na Rua Brilhante. Amanhã vou querer conhecer essa central que funciona vinte e quatro horas por dia, sabendo de tudo que está acontecendo. Eu me lembro que o ex-ministro da Justiça Nelson Jobim, teve sua casa invadida por um meliante. Alguém de alta patente da segurança do país teve a sua casa furtada quando estava no exercício como ministro. Então, tem coisas



que estão intrinsecamente ligadas à formação desse garoto. E como nós vamos impedir alguém de fazer o que aconteceu recentemente no Procon? Quem poderia imaginar? Só Deus conhece a intenção que está no coração das pessoas. Mas nós temos que fazer a nossa parte. Como é que a polícia e o governo do estado, como é que o deputado estadual vai adentrar a residência das pessoas? É asilo inviolável, como diz a nossa Constituição. Então se esse garoto não tem preparo psicológico, como é que a gente vai resolver isso? O governo do estado está fazendo a sua função. O centro de monitoramento já atende duzentas e noventa e seis, das trezentas e quarenta escolas. Mas por que algumas delas ainda não têm? Tem escolas que estão na beira do rio, lá nas comunidades quilombolas, etc. Lá ainda não existe tecnologia, mas a intenção é que nós tenhamos esse vídeo de monitoramento em todas elas. Em Campo Grande são trinta e cinco pessoas que estão preparadas com motos, para assim que houver o sinistro possam chegar em tempo hábil. O Programa Escola Segura, Família Forte está sendo intensificado. Eu acredito que o maior adversário que temos hoje são as fake news nas mídias sociais. A gente faz muita coisa pelo celular, só que tem um lado ruim, e a gente deve fazer um trabalho para coibir as mentiras, porque hoje as nossas crianças estão aterrorizadas, e o lugar da criança e do adolescente é na escola. Quando se cria esse clima de medo, irradia para todo mundo. Eu fiquei feliz quando o secretário Hélio falou: "No dia 20 vamos fazer um trabalho de conscientização sobre a questão da violência". Olha que coisa bacana! Porque não são somente adolescentes que cometem os atos; tem adultos também. Vejam o que aconteceu lá em Santa Catarina, foi um adulto que pulou o muro de uma escola particular. A gente cobra muito a escola pública, mas essa era uma escola particular. Esta semana houve dois episódios em duas escolas particulares aqui de Campo Grande; um deles foi na Escola Adventista, onde meu neto estuda. Lá existe todo um preparo, fala-se muito do amor de Deus, mas você vê a que ponto nós chegamos. E tem criança se preparando para o dia 20, mas graças a Deus, nessa data o governo do estado vai fazer um dia de conscientização, porque se a gente se encolher, deputado Coronel David... É isso que eles querem. O que o ativista quer? Ele quer o contraponto, quer ir para o embate. Então nós não podemos baixar a cabeça. O governo do estado está de parabéns, pois vai colocar a sua infraestrutura, inclusive helicópteros, na intensificação dessas rondas, para que a gente tenha essa sensação de segurança. Também foi feita uma cartilha para trabalhar com os professores, para eles orientarem inclusive os familiares. Agora quero ouvir Vossa Excelência, deputado Coronel David, que ontem representou muito bem a Comissão de Segurança Pública naquele lançamento do governo do estado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Concede-me um aparte, deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu concedo, mas o deputado Coronel David já pediu.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu abro mão para que o deputado Zé Teixeira possa falar.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu estou ouvindo Vossa Excelência falar sobre esses acontecimentos que têm afligido os pais e mães da sociedade, que estão preocupados com a falta de segurança nas escolas e com as barbaridades que estão acontecendo. Hoje cedo eu assisti a Jovem Pan, que noticiou que o governo de São Paulo vai gastar duzentos e quarenta milhões de reais para arrumar a segurança nas escolas do estado de São Paulo. Vão contratar, na própria cidade, o antigo servente desarmado na escola. Aí o comentário que se ouve dentro da Jovem Pan foi de que essas pessoas desarmadas dentro de uma escola vão dar segurança a bandido que possa tentar qualquer coisa de forma premeditada, porque ninguém conhece a cabeça da pessoa que mata na rua, no trânsito e em qualquer lugar. Hoje eu estava vendo que em Laguna Carapã uma criança de doze anos estava combinando uma chacina na Escola Álvaro Brandão. A professora pegou o telefone dele, leu as mensagens e chamou a mãe. A mãe falou que realmente no dia a criança estava estranha. E foram para a delegacia. Eu vou mostrar para vocês o print do que os meninos estavam falando, e o que o delegado escreveu no boletim de ocorrência hoje em Laguna Carapã. Eu acho que a escola precisa efetivamente de trabalho coletivo que envolva todos, família, pais, mães, direção de escola, segurança pública e a sociedade. Porque criou-se um método de pânico. Qualquer criança acha engraçado, porque vê na internet as mensagens, manda para o outro, ele responde, e vira uma coisa que parece que não vai acontecer nada na escola; mas pode acontecer. Ninguém conhece a cabeça dos jovens de dez, doze ou quinze anos; não se sabe o que se passa pela cabeça deles. Tem coisas que eles acham engraçado, mas é algo que deve envolver a família. É preciso que a família encontre uma maneira de fazer ele mudar, sentando e conversando, porque, escondido dentro de quarto, digitando no telefone e conversando com os colegas... Realmente nós estamos correndo um risco muito grande, porque abriu-se uma onda sem controle. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. A questão da mídia social acaba potencializando esse garoto, que tem seus conflitos psicológicos. Na verdade, a imprensa não deveria noticiar essas tragédias, porque isso só potencializa a pessoa que já tem essa predisposição, como se fosse o gatilho para ter esse minuto de fama. É como se a pessoa se tornasse um grande ídolo para ser ovacionado pelo seu grupo na sua rede. Então, ontem, quando o governo disse que vai fazer um trabalho de inteligência, ficamos felizes, porque assim nós vamos resolver esse problema. Na verdade, não depende só do governo ou só do professor; todos nós temos que dar uma parcela de contribuição. Esse diretor que eu visitei, disse que o pai do rapaz mora em São Paulo, e tinha abandonado o filho com a mãe. Esse garoto já veio de São Paulo para cá, já tinha sido expulso de uma escola lá em São Paulo, e ele procurou a mãe. E a mãe foi lá e disse: "não tem o que fazer". Um adolescente de quinze anos! Existe uma carga excessiva dentro da escola, em todas as áreas, por isso eu disse lá na audiência pública que o deputado Pedro Kemp fez junto com o Jaime Teixeira, que não tem dinheiro que pague o trabalho de um professor, porque o trabalho do professor

transcende a questão pedagógica; ele tem que ser pai, mãe, psicólogo e líder religioso. Como que você vai aguentar uma onda dessa? É com alegria que ouço Vossa Excelência, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Professor Rinaldo. É possível que os demais deputados, que ontem não puderam comparecer à coletiva e tomar conhecimento das ações que serão implementadas pelo governo do estado, não saibam de muitas das medidas. Nós que somos da Segurança Pública ficamos extremamente satisfeitos com aquilo que ouvimos, no que se refere às medidas que serão implementadas. Essas medidas tratam da prevenção que vai ser feita pela Polícia Militar, por meio do programa que já vem sendo feito há alguns anos, que é o Programa Escola Segura, Família Forte, que inclusive já foi premiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Hoje, pela manhã, eu estive no Comando-Geral da Polícia Militar, e informo que neste momento todos os comandantes da Polícia Militar estão reunidos para executar aquilo que foi traçado na determinação feita pelo governador Eduardo Riedel, de reforçar a atuação e a presença da Polícia Militar nas escolas. A Polícia Militar está revendo todas as ações, reforçando aquilo que é importante neste momento, e priorizando principalmente as escolas que já tiveram algum tipo de problema de violência entre alunos. A Polícia Civil também está fazendo um grande trabalho de prevenção nas redes. Tão logo surja informação de algum tipo de mensagem sendo tramada ou preparada alguma coisa que poderia eclodir numa tragédia dentro da escola, a Polícia Civil irá imediatamente fazer uma investigação, levando as pessoas envolvidas até a delegacia para serem ouvidas, inclusive com pai e mãe, porque a responsabilidade é de todos. Eu gostaria de trazer um dado importante, de que em Mato Grosso do Sul nós temos mil setecentas e dez escolas, entre públicas e privadas. Todos nós concordamos e a segurança tem que estar visível e presente em todos os estabelecimentos comerciais, mas se nós formos colocar lá o policial militar... Eu sempre digo que o policial militar não é uma máquina, senhor presidente. Para que ele possa desenvolver um bom trabalho, se for decidido colocar um policial em cada escola, nós precisaríamos diariamente de, no mínimo, por conta da escala de serviço, três policiais militares. Com isso, seriam mais de cinco mil policiais militares para essa finalidade. A população de Mato Grosso do Sul precisa de segurança e proteção nas escolas; isso é prioridade. Neste momento a prioridade é Polícia Militar e Polícia Civil fazerem um trabalho para evitar qualquer tipo de acontecimento trágico nas escolas. Ontem fiquei satisfeito com o secretário de estado de Educação fazendo algo que nós julgamos importante, pois a gente não pode só cuidar da possível tragédia nas escolas, mas temos que cuidar também do ambiente familiar, dos traumas que podem ser criados dentro da família, algo que acaba eclodindo nas escolas. O secretário disse que está montando um grupo de apoio à famílias, com distribuição de cartilhas e com orientação para os profissionais de educação. Em todo caso, nós temos esse centro de controle que pode ser acionado pelo botão de pânico a qualquer momento, e que promove atendimento imediato, por meio das equipes que estão montadas para fazer esse trabalho. Pelas medidas anunciadas ontem, também ficou claro que o poder público não fugiu dessa responsabilidade; mas a responsabilidade da família foi muito bem lembrada pelo nosso presidente deputado Gerson Claro. Portanto, é responsabilidade de todos. Então pai e mãe têm que ficar de olho no seu filho, observando o que ele está



vendo na internet e o que ele tem dentro da sua mochila antes de ir para escola. Ontem, aqui em Campo Grande, em uma revista feita em um estabelecimento escolar, um aluno estava entrando com um objeto perfurante. Segundo ele, era para se proteger de algum tipo de ataque. Então, as medidas estão sendo feitas, e eu tenho consciência de que Mato Grosso do Sul vai ficar longe desses acontecimentos, porque a nossa Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a Secretaria de Estado de Educação, e o governo do estado, com o um todo, estão unidos. É importante que a comunidade escolar e a família também estejam e que apresentem a sua participação efetiva com sua cota de colaboração, porque o momento precisa ser vencido. Nós não podemos deixar que isso aconteça aqui em Mato Grosso do Sul. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço e incorporo na íntegra o aparte de Vossa Excelência. Pois não, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Professor Rinaldo, mais uma vez a gente traz esse debate à tribuna. Eu fico feliz que o governo do estado esteja tomando as providências, dentro das suas possibilidades, para coibir os casos de violência nas escolas. Ontem foi falado aqui sobre a importância da família, e não tenho dúvida da importância do pai e da mãe acompanharem a vida do seu filho. Em 2012, o meu filho foi acometido pela síndrome do pânico, e eu comecei a perceber que tinha algo de errado com ele. Na época ele não queria ir para a escola, então eu imaginei que deveria ter acontecido alguma coisa no ambiente escolar que o tinha traumatizado. E eu cuidei desse caso, porque eu tinha condições de cuidar do meu filho. Então eu o levei ao psicólogo, ele fez um tratamento, conseguiu superar esse trauma e voltar para escola. E eu digo que percebi aquela mudança de comportamento dele, mas muito pais não conseguem perceber ou diagnosticar. Quantos e quantos pais que têm que trabalhar todos os dias e muitas vezes não conseguem identificar e tratar seus filhos. No meu caso, eu consegui. Em 2012, quando eu entrei com um projeto para criação, nas escolas, de uma equipe multidisciplinar com um psicólogo, um assistente social e até a possibilidade de um psiquiatra, foi pensando nessas famílias e nos professores que muitas vezes identificam um transtorno comportamental, mas não têm onde mandar o aluno. Eu entendo que o governo do estado tem que fazer um trabalho em conjunto. É necessário um conjunto de ações, trazendo assistência social, saúde, educação e segurança pública, todos juntos pensando em ações preventivas para auxiliar esses professores que eventualmente identificarem uma criança com algum transtorno de comportamento, para que possam evitar ataques que estão acontecendo contra professores e contra os próprios alunos dentro das escolas. Então é louvável o governo do estado se preocupar com isso. Eu conversei com o professor Hélio sobre essa questão da equipe multidisciplinar, e ele também entende que é importante, e sabemos que isso tem um custo, mas a gente tem que começar a pensar numa forma de dar condições ao professor quando ele identifica que algum aluno pode estar desenvolvendo algum transtorno, para que ele seja encaminhado a um profissional e que se possa também trabalhar a família desse aluno, pois o problema pode ser ocasionado por uma desestruturação familiar. Nesse sentido, tudo que a gente puder fazer para dar segurança às escolas é louvável, seja, por exemplo a

implementação de detectores de metal, para impedir que alguém entre com qualquer arma que possa colocar em risco nossas crianças. Então é louvável a preocupação e as medidas do governo com relação à implementação dessa patrulha. Os nossos policiais militares vão intensificar as patrulhas, inclusive usando veículos e a central de monitoramento. São medidas importantes, mas além disso, a gente tem que avançar um pouco mais. Temos que pensar em outras medidas para prevenir, de fato, e para dar um aporte aos nossos professores quando eles identificarem um aluno que precisa de ser orientado e cuidado. É só isso, deputado. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Professor Rinaldo, peço licença para fazer um aparte aqui da Presidência, se Vossa Excelência permitir. Ontem eu tive a oportunidade de participar do evento do governo com Vossa Excelência, que é presidente da Comissão de Educação, e com o deputado Coronel David, que é presidente da Comissão de Segurança e especialista em segurança pública. Diante das apresentações feitas pelo governo do estado e dos debates feitos aqui na Assembleia, acompanhados em rede social, com repercussão dos acontecimentos em nível nacional e coisas acontecendo em nível mundial, é impressionante ver como alguma coisa que acontece na China ou nos Estados Unidos tem reflexo aqui no mesmo instante... Ouvindo então alguns especialistas da área de Sociologia, Psicologia e de comportamento humano, eu fico muito preocupado, primeiro: com a família assumir a responsabilidade; segundo: com o ambiente que nós mesmos proporcionamos. Uma coisa me chamou a atenção: hoje, ouvindo a jornalista Carmen Cestari, ela disse no programa Tribuna Livre que ameaças existem, mas tem que tomar muito cuidado com a boataria. Eu ouvi exatamente isso ontem, do especialista em comportamento humano. Então é importante que a gente, além dos alertas, reconheça que o poder público está fazendo a sua parte. Ontem foram colocados os instrumentos, a equipe multidisciplinar, o centro de apoio, o helicóptero, todas as forças especiais e a inteligência. Eu elogiei porque comparei isso ao que foi feito durante a pandemia, quando Mato Grosso do Sul foi exemplo. Então é preciso acalmar o ambiente com serenidade. Pânico, boataria, ameaças às escolas, tirar as crianças das escolas, escolta armada e gente pedindo Exército é tudo que os terroristas e extremistas querem. Nós já fomos atendidos. Ontem eu vi a cobrança do deputado João Henrique sobre o projeto de monitoramento. Duzentos e noventa escolas já estão sendo monitoradas vinte e quatro horas por dia, em Mato Grosso do Sul. Além do monitoramento com câmera, com acompanhamento on-line, e temos o botão do pânico que já está funcionando. Então é momento de prestarmos atenção e mostrarmos que a escola é um ambiente seguro e que a sociedade pode confiar em nossas forças de segurança. Eu parablenizo Vossa Excelência e o deputado Coronel David, que vão ficar à frente desse tema nesta Casa, que está muito bem representada para debater esse assunto.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, nobre deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Nós estamos já tratando com o secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, e com

outros deputados, que a nossa Comissão de Segurança Pública se reunirá com ele a cada quinze dias para acompanhar as medidas que estão sendo implementadas, cobrando aquilo que julgarmos pertinentes para a melhora da segurança nas escolas.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado. Senhor presidente, meu tempo já acabou, mas eu quero finalizar agradecendo o aparte de Vossa Excelência, pois fala com muita profundidade. Nós temos que dar essa conotação, pois não podemos ficar apavorados com isso, mas temos, sim, que nos preocupar. Ontem fui pegar na escola o meu neto que completou cinco anos, e ele estava falando desse assunto...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quem está falando? Peço desculpas, deputada Gleice Jane. Meu tempo já acabou. Quem é o próximo inscrito, senhor presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem de inscrição é o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Rafael Tavares, Vossa Excelência me concederia um tempo a mais? Eu até gostaria de ouvir Vossa Excelência que chegou querendo um aparte. Se me autorizar mais dez minutos, Vossa Excelência ficaria com vinte minutos. Pode ser? Obrigado, deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Professor Rinaldo, Vossa Excelência dispõe de mais dez minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, colegas deputados. Eu gostaria de colaborar com esse debate, pois acho importante a gente fortalecer as redes de enfrentamento à violência. A criança que chega na escola vítima de um processo de violência, ela também é vítima da violência. E nós precisamos compreender esse ciclo da violência. Onde é que a violência é maior? Na escola? A gente percebe que a família também é um centro perigoso, principalmente para as crianças, então é necessário termos uma rede de enfrentamento e de observação, para que possamos entender como funciona, inclusive, a mente desses adolescentes, a fim de construirmos políticas nesse sentido. Eu concordo, e gostaria de reforçar que quanto mais a gente fala e dá valor sobre isso, mais a gente vai ter casos...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Candidatos!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — ...candidatos! Exatamente! Então nós precisamos ter um serviço de inteligência; temos que ser inteligentes neste

momento e tratar isso com seriedade e muita discricção, para não incentivar o processo. Eu trabalhava numa escola monitorada, onde a gente teve uma situação como essa. O monitoramento não é suficiente, mas a gente precisa compreender como funciona a mente dos adolescentes. Quanto mais a gente fala, mais a gente estimula. Então nós precisamos tratar isso com muita seriedade através dessas redes de enfrentamento e de observação. Os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) são fundamentais nesse processo. A escola é uma instituição que recebe todos os problemas sociais, mas nós não temos condições de administrar tudo isso dentro de uma escola, por isso precisamos dividir essa responsabilidade com outras instituições, não apenas as de segurança. A segurança pública é fundamental, mas a gente precisa incluir outros elementos nesse processo, então eu gostaria que de reforçar que esse debate é fundamental e necessário. Além disso, a gente precisa trazer vários outros profissionais da área, pois nós, deputados e deputadas, não somos suficientes para poder compreender e administrar essas questões; é preciso ouvir esses especialistas e trazê-los aqui para o debate, para que a gente possa construir, em conjunto com o governo, uma política realmente efetiva para as escolas estaduais e municipais. Esse debate é fundamental, e nós precisamos fortalecê-lo. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputada Gleice Jane. Eu concordo plenamente com Vossa Excelência. A minha esposa é psicóloga. Quanto mais a gente bater nessa tecla... Eu estou aqui reproduzindo o que a gente ouviu ontem no governo. O ativista quer o confronto, porque ele cresce no confronto, por isso eu respeito quem pensa diferente, por isso eu não gosto de extremismo, em hipótese alguma; nem do ponto de vista político, filosófico, religioso e nem futebolístico. Eu conheço história em Campo Grande de filho matar pai e de pai matar filho por conta de time de futebol. Uma amiga minha perdeu um ente querido recentemente; há alguns meses ela não falava com ele por conta dessa história de esquerda e direita. Eu não concordo! Respeito quem pensa diferente. E nós estamos tratando aqui de um tema que nós não podemos partidarizar, porque quando meu neto de cinco anos começa a falar com uma certa propriedade de um negócio desse... Calma aí! E a minha esposa... O que esse cara, esse doente mental quer é justamente ter notoriedade. E hoje a mídia social virou isso. Existe um lado bom da mídia, mas existe a mentira, as fake news. Vejam bem, uma coisa que iniciou lá no Estados Unidos e que, de repente, o mundo inteiro: "Ah, no dia 20 não sei o quê..." Leis são o que mais nós temos. Em uma das escolas que eu dei aula, em 2001, a diretora adjunta apanhou de um garoto. Ela caiu, tamanho o tapa que levou. E um dos primeiros projetos de lei que eu apresentei aqui virou a Lei nº 3.437/2007. Até então, quando se falava em Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fala-se em direitos do adolescente, mas ninguém falava de deveres; assim os coitados dos professores não tinham conhecimento de tudo. Na verdade, a gente mais aprende do que ensina. Então, o professor se sente encurralado dentro da sala de aula, sendo agredido do ponto de vista moral, com ofensas, e até fisicamente. Tivemos um diretor que perdeu a vida lá em Casa Verde, Nova Andradina. Em outro caso, um diretor foi esfaqueado aqui no bairro Universitário. E essa lei, na época, fez com que nós tivéssemos aqui um seminário com oito mil docentes para mostrar o outro lado do ECA e chamar os pais para conversar. Um dos artigos do ECA diz que o pai pode ser

penalizado criminalmente, até mesmo por abandono intelectual do seu filho. Em 2007, a mídia social ainda não tinha ainda a hegemonia que tem hoje; e a cada minuto que passa vai aumentando. Então, mais do que nunca, esse é um tema que todos nós, independentemente de cor partidária, temos que levar a sério com muita responsabilidade. E aí eu finalizo, senhor presidente, usando uma frase que Vossa Excelência acabou de dizer... No início da pandemia eu também discuti muito com o deputado Geraldo Resende, e falei: isso vai acontecer lá na Europa, porque lá é muito frio, a faixa etária das pessoas é bem avançada, etc. Então o deputado Geraldo Resende, que é médico, falava; "Rinaldo, eu espero que você esteja certo e que a Ciência esteja errada". O tempo foi passando e — só eu — perdi quarenta e sete amigos! Eu perdi a minha vó, lá de Dourados. Nós aqui perdemos dois colegas. E eu, na minha inocência cultural do ponto de vista da Ciência, no início achava que era só uma gripezinha. Aqui perdemos dois colegas e vários servidores. Então Vossa Excelência falou uma coisa interessante. Este é um tema onde os especialistas da nossa segurança pública e a inteligência cibernética tem que estar juntos para trazer a tranquilidade que todos nós precisamos, principalmente para as nossas crianças que estão sendo amedrontadas pelas fake news. Nesse sentido eu finalizo, enaltecendo as ações do governo e parabenizando a atuação do secretário de estado de Educação quando falou sobre o dia 20, porque se nós nos encolhermos no dia 20, aí eles crescem e fortalecem esses doentes mentais de plantão. Eu conheço um bairro de Campo Grande[trecho inaudível]... A pedofilia é uma tragédia. O povo ficou em casa, e doze meninas de doze a quinze anos ficaram grávidas no bairro Água Bonita, região norte de Campo Grande. E não fui eu que inventei essa história; a diretora da escola veio aqui no meu gabinete, preocupada. Então tudo isso a pandemia potencializou. E onde todos esses problemas desembocam? Na segurança pública. Mas antes de chegar na segurança pública desembocam na sala de aula. Portanto vai aqui a minha solidariedade a esses homens e mulheres, guerreiros de espírito altruísta que estão lá lutando com muita garra para cumprir com seu papel de educador e, acima de tudo, cuidando desses problemas que não são função de professor, mas que acontecem por conta de existir uma família lamentavelmente desestruturada. A célula mater da sociedade está doente, é por isso que hoje, infelizmente, nós temos uma sociedade doente. Senhor presidente, quero agradecer a Vossa Excelência e à deputada Mara Caseiro pela inversão do tempo. Que Deus nos abençoe e abençoe essas pessoas que estão com esse sentimento de promover a barbárie, que querem ver sangue. Eles se usam da mentira. Não quero aqui espiritualizar a minha fala, mas no Livro Sagrado, no Evangelho de João, dá para saber quem é o pai da mentira. Lamentavelmente nesses últimos dias muitas fake news apareceram e muitas pessoas estão sofrendo sequelas que talvez ficarão para o resto da vida por conta de algo que não é verdade. Que Deus abençoe esta Casa, Mato Grosso do Sul e o Brasil, sobretudo as crianças. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, depois de ceder dez minutos, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.



Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Convido os nobres deputados que estão no cafezinho, para que a gente possa recompor o quórum. Temos uma solicitação de inversão da ordem do Item 4. On-line estão os deputados Renato Câmara, Zé Teixeira, Neno Razuk, a deputada Lia Nogueira. Os deputados Pedrossian Neto e João Henrique já estão descendo, então nós temos quórum para as votações. Item 4. Vamos manter a inversão. Projeto de Lei Complementar nº 04/2013. Autor: Poder Executivo. "Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 93/2001, que institui o Programa Estadual de Fomento, Industrialização ao Trabalho Emprego e Renda". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei complementar nº 04/2013, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique? Como vota o Deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa? Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Presidente, declaração de voto. Quero pedir vista desse item, para ter mais tempo.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, pedido de vista é somente antes do início da votação. Já está ultrapassado. Não é possível.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por último, porém muito importante, o deputado João Henrique. Como vota, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou fazer declaração de voto, senhor presidente. Senhor presidente, são quantos minutos para declaração de voto? Cinco minutos?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Três minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Três minutos. Senhor presidente, esse projeto que revoga os dispositivos da Lei Complementar nº 93 é uma falta de respeito com esta Casa Legislativa, no que se refere à concessão de benefícios fiscais. A impressão que este deputado tem é que o governador Eduardo Riedel está com medo. Parece um ato de covardia. Todos os pontos onde o governador deveria responder e conceder essa lei ele troca, tira. Onde estava escrito "pelo governador", passa para frente, eu não quero mais assinar os créditos fiscais. Passa para um secretário, para um diretor, menos para o governador. O artigo 23 da lei, na nova formulação, exclui a Assembleia Legislativa na atividade de acompanhamento de controle dos benefícios ou incentivos fiscais. Havendo indícios de que empresa esteja inadimplente quanto às condições, autoridade competente deve intimar e cancelar o benefício no prazo de vinte dias. O que eu quero saber é por que não responderam ao requerimento deste deputado? Por que não responder que há obrigações que precisam ser fiscalizadas e cumpridas, adimplidas? Aqui está se reconhecendo isso. Parece que é uma blindagem ao governador Eduardo Riedel. O artigo 34 diz: "o secretário de estado", isoladamente, quando é uma obrigação solidária e determinada



pelo governador. Então, por ser um ato de covardia e de desrespeito à Assembleia Legislativa, não teria como votar de outra forma. Contra! Responda ao meu requerimento, secretário de estado de Fazenda! Responda, governador! Está lá no Código Tributário a obrigação de apresentar todas as pessoas e todas as obrigações. Eu vou conseguir, mas essa mudança legislativa é sinal de que...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...é sinal de que estou no caminho certo. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para manter a ordem na Casa, declaração de voto representa as razões do voto de Vossa Excelência. A manifestação no sentido de "porque sim" ou "porque não" é na discussão do projeto, que é no início. As reivindicações ou aquilo que não concorda com relação às outras votações são no momento específico, em questão de ordem. Consulte o segundo-secretário para o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, antes de anunciar o resultado, eu gostaria de dizer que ninguém...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela, ordem presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa. Eu já coletei o voto de Vossa Excelência?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, senhor. Está computado o voto sim do deputado Paulo Corrêa. Consulte o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, quero apenas dizer e deixar bem claro que ninguém pode tirar a atribuição da Assembleia Legislativa de fiscalizar o governo. São dezessete votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 1. Projeto de Lei nº 021/2023. Autor: deputado Neno Razuk. Está no Plenário? Está on-line. Deputado Neno Razuk, solicito confirmar sua presença. O deputado Neno Razuk não está aparecendo aqui. Em primeira discussão. Projeto nº 021/2023...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Estou on-line, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está aqui o deputado Neno Razuk. Agora em votação o projeto de Vossa Excelência. Projeto de Lei nº



021/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de assentos próximos para crianças e seus responsáveis nos transportes públicos intermunicipais". Em discussão. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 021/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOAO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim. Votação em Libras.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Foram dezenove votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Projeto de Lei nº 032/2022. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual do Artista Visual, em homenagem a Izulina Gomes Xavier e Isaac de Oliveira". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado da cultura João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 032/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADO GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, agora eu voto sim. É um importante projeto do PSDB, da deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro, autora do projeto?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Agradeço os votos favoráveis dos deputados. É importante nós valorizarmos os artistas visuais do nosso estado, criando o Dia Estadual do Artista Visual, em homenagem à Izulina Gomes Xavier e ao Isaac de Oliveira, que são dois artistas maravilhosos do nosso estado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Foram dezoito votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 073/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.721, de 26 de novembro de 2003, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo Espírita Francisco Cândido Xavier, com sede e foro no município de Campo Grande". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 073/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADO GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Novamente, como vota o deputado Renato Câmara? Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Seis requerimentos, setenta e seis indicações, uma moção de aplauso e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor Takeshi Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do desembargador aposentado doutor Rubens Bergonzi Bossay. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento da senhora Maria Aparecida da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pela Deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Rafaela Ribeiro da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Sidineia Soares do Carmo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Antonio Roberto Miranda. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado

João Henrique, em razão do falecimento da senhora Cândida Andrade e Jurgielewicz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Ramão da Silva Martins. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Antônio Fernandes da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, público que nos assiste na tribuna desta Casa, público que nos acompanha nas redes sociais, hoje este parlamentar recebe aqui um ato de covardia do governador Eduardo Riedel, e a certeza e confirmação de que no que se refere à concessão dos benefícios fiscais do estado — algo que já foi matéria criminal, e que já foi parar no programa de televisão Fantástico, na Globo News, no G1 e em todos os veículos de comunicação — o governador Eduardo Riedel está com medo de colocar a mão. Só pode ser isso! Ou então colocou, e não quer explicar o motivo da recusa da resposta a este parlamentar. Ocorre em crime o governador, o seu secretário de estado de Fazenda, quando deixa de responder a um deputado, quando nega a vigência do Código Tributário Nacional, que para eles é o CTN. Eu sempre falo isso, pois para eles parece que é o Centro de Tradições Nordestinas, não é o Código Tributário Nacional. O artigo 198 tem uma redação muito clara, mas parece que eles não conseguem entender quando diz que não é vedada a divulgação de informações relativas a: inciso IV - incentivo, renúncia, benefício fiscal e imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica. Eu peço isso desde o começo do meu mandato neste ano, e agora vem uma mudança interessante na lei. Onde lia-se antigamente: "o governador fará", ou "o governador concederá", foi delegado. E o governo não me responde, mas tira a sua responsabilidade, exime-se, se acovarda, e coloca termos de Direito Penal para isentar o governador Eduardo Riedel da sua responsabilidade. Mas é ele que lida com o Orçamento; é ele que concede os benefícios. Parece-me que eu consigo enxergar uma reunião do corpo jurídico do governador onde alguém diz assim: "Olha, dá um jeito de escrever aí que, se acontecer alguma coisa, o governador não será responsabilizado. Escreve no artigo 34, na nova redação que, havendo relevante interesse econômico social e fiscal na concessão dos benefícios, o secretário de estado de Fazenda, isoladamente..." Mas, na verdade, é em conjunto, porque quem nomeou, quem autorizou, quem mandou, quem determinou... Vocês se lembram do fato que colocou o PT e o Zé Dirceu na condenação do "mensalão", deputado Pedro Kemp? Lembra-se daquela

teoria do domínio do fato? Pois o STF disse que quem tem o domínio do fato, tem a responsabilidade. Isso veio de uma teoria de direito alemão. Eu estou mais uma vez falando da Alemanha, deputado Pedro Kemp. Isso veio inspirado na Alemanha, e foi o que trouxe as condenações do "mensalão".

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) - Permite-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) - Permito! Permito um aparte a Vossa Excelência!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) - Deputado João Henrique, com relação a esse tema que Vossa Excelência colocou muito bem aqui, eu queria dizer que o fato de nós retirarmos a assinatura do governador da concessão de um incentivo fiscal não exime o chefe do Poder Executivo de absolutamente nada. Lembro que o Poder Executivo é exercido de maneira unipessoal pela figura do chefe do Executivo, no caso o governador, através da delegação dos seus secretários. Então, se qualquer secretário fizer um ato de corrupção, de mal feito, de improbidade, o governador responde. Na verdade, nós não precisamos... É questão constitucional, está certo? Este ato apenas torna mais célere, mais desburocratizado, mais simples e até mais despolarizada a concessão de um incentivo fiscal. Isso quer dizer que não precisa mais passar para o chefe do Executivo para que uma empresa possa conseguir um determinado benefício. A gente torna isso um processo administrativo menos burocrático que vai dar mais celeridade. No caso do município de Campo Grande, só para fazer uma comparação, quando eu fui secretário municipal de Finanças discuti com a Câmara Municipal uma mudança na legislação, porque todo incentivo fiscal passava pela votação da Câmara de Campo Grande. Ora, você não conseguia nenhum incentivo fiscal com menos de um ano. Tudo demorava. E você acaba politizando a concessão de algo que deveria ser administrativo e técnico. No caso do governo do estado, nós temos uma lei chamada MS Empreendedor, a Lei Complementar nº 93/2001, que é muito mais ágil e célere. Nós temos, sim, um instrumento de controle social, que é o Conselho de Desenvolvimento Industrial, do qual participam membros do governo e da sociedade civil organizada, tal como a Fiems, a associação comercial, a Fecomércio, assim como representantes dos trabalhadores. Então nós temos, sim, o controle social daquilo que é concedido dos incentivos fiscais. Então, na minha avaliação, deputado, nós estamos apenas desburocratizando, não eximindo o governador de qualquer responsabilidade que não tenha a cara dele, algo que, constitucionalmente, não seria possível, pois o governo é exercido de maneira unipessoal pelo governador, por meio da delegação dos seus secretários. Se algum secretário fez alguma coisa errada, responde o secretário e, naturalmente, o governador, por ter delegado a função. Então não acho que seja um ato de covardia, mas, pelo contrário, um ato republicano, um ato que vai desburocratizar e que está em linha com a prática moderna da concessão de incentivos fiscais. Eram essas as minhas considerações.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) - Incorporo a fala de Vossa Excelência e concordo que a responsabilidade é do governador. Nós estamos na mesma fala. A questão é que Direito Penal, Direito Administrativo e Constitucional



têm linhas diferentes, de vertentes diferentes. O que me parece é que quando se diz que a responsabilidade será isolada, é exatamente quando você sabe que tem algo errado, e gera uma tentativa de criar uma tese de defesa. O artigo 198, deputado Pedrossian Neto, deixa claro que nós temos que ter acesso; tem de haver publicidade disso. Eu gostaria de indagar Vossa Excelência na condição de vice-líder do governo: o que acha dessa nova redação do artigo? Tem que vir para essa Casa. Parece que nós estamos aqui, de certa forma, sendo carimbeiras do governador Eduardo Riedel. Ele coloca aqui uma alteração legislativa no artigo 23-A, reconhecendo que dessas empresas muitas não estão cumprindo com suas obrigações, e não coloca aqui... Nós não estamos debatendo, nós votamos isso... Eu fui ao banheiro em seguida de Vossa Excelência, e a Ordem do Dia inverteu, e não tivemos oportunidade de discutir, mas eu queria discutir; e queria que outros parlamentares também tivessem pedido a discussão do por que no artigo 23 não haver nenhuma determinação para prestar contas à Assembleia, para que a Assembleia possa participar do debate, do cumprimento e do adimplemento das obrigações. O artigo 23-A diz que quando acontecer alguma coisa, a autoridade competente terá prazo de vinte dias, prorrogável em igual período, para comprovar o cumprimento. Quem vai fazer isso é um secretário estado, é um diretor a quem o governador está delegando a sua responsabilidade; e não é um deputado estadual.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo para concluir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pelo contrário, quando um deputado estadual pede os extratos, os incentivos, a concessão e os termos de acordo tributário, o que faz o governo? Não responde. Quando convoca o secretário para explicar, para trazer as obrigações, ainda que em caráter sigiloso, para que nós tenhamos conhecimento, não responde. E faz o quê? Manda uma alteração legislativa, porque está com medo de ter corrupção, criminalidade dentro desses acordos; menos em responder o deputado. Eu vou até onde for, mas vocês vão lembrar deste dia. Eu vou conseguir todos os termos de incentivo do estado de Mato Grosso do Sul, e aí nós vamos ver se existe ou não alguma coisa errada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrou, deputado. Eu gostaria de cumprimentar e agradecer a presença da senhora Ana Cláudia Gomes, presidente Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa; do senhor vereador Emerson Cleber Mendes, presidente da Câmara de Vereadores do município de Fátima do Sul; do senhor Cacildo Paião, vice-prefeito do município de Batayporã, e do ex-vereador Totó, do município de Maracaju. Muito obrigado a todos pela presença. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h05min).